

Nossa Assembleia aprova reforçar Luta contra a Reforma Administrativa



Foto: Eline Luz / Imprensa ANDES-SN

No último dia 23, realizamos uma Assembleia na sede do Sintusp para debatermos a luta contra a proposta de Reforma Administrativa levada adiante pelo Congresso em acordo feito com o governo Lula. Essa proposta é reedição da PEC 32, do governo Bolsonaro, com algumas poucas modificações que não mudam o essencial, que é atacar os serviços públicos e as condições de vida e trabalho dos funcionários públicos.

O discurso do governo, do Congresso e do empresariado é que a reforma seria necessária para combater supostos privilegiados. Nada mais falso! Pra começar, a reforma exclui os militares e os políticos, e provavelmente vai deixar de fora também os juízes. Ou seja, a cúpula do funcionalismo, que tem privilégios, não será afetada. A reforma abre caminho pra aprofundar as terceirizações e contratações por comissão, atacando a estabilidade do funcionalismo e favorecendo o apadrinhamento político. **Além disso, prevê congelamento de salários e cortes de adicionais por tempo de serviço, o que no nosso caso pode significar o fim de quinquênios e sexta parte.** Ela também limita a aplicação do teletrabalho, e pode ainda restringir, na prática, a garantia de direitos pela via judicial, já que desobriga o estado a cumprir determinação da justiça se não houver disponibilidade orçamentária. Com isso, perdem os funcionários públicos, mas também toda a população, que terá os serviços cada vez mais sucateados e precarizados.

Diante disso, aprovamos reforçar a luta pra derrotar esse projeto. **Faremos reuniões nas unidades para informar os trabalhadores da profundidade desses ataques, com objetivo de construirmos uma forte mobilização, em conjunto com o funcionalismo de todo o país.**



Delegação do Sintusp ao Ato

Como primeiro passo, votamos a incorporação na **Marcha à Brasília** que ocorreu na quarta, dia 29, e levamos uma delegação no ato. Também votamos a necessidade de propor à CSP-Conlutas a construção de comitês de luta, e buscamos aqui na USP construir um **comitê local em conjunto com Adusp, Ipen, IPT, DCE e outros setores.** A partir dessa construção, deliberamos por exigir das outras centrais sindicais que construam um plano de lutas contra a reforma.

Na assembleia deliberamos ainda por realizarmos uma ação aqui na USP, de fechamento do cruzamento da Av. Alvarenga, na entrada do Portão 1. Avaliaremos na diretoria, a partir do contato com outros setores, qual a melhor data para essa ação! É hora de ampliar nossa mobilização para barrar esse projeto!

Reitoria nega abonar as horas de pontes e recessos e outras propostas pro Acordo Coletivo, propondo apenas duas pequenas melhorias

Também no dia 23, ocorreu uma reunião da Copert de negociação de aditivos ao Acordo Coletivo. Na reunião anterior já havíamos apresentado algumas propostas, de temas acumulados nos anos anteriores.

Em resumo, apesar de todos os nossos argumentos em defesa das nossas reivindicações, em especial acerca do abono das horas de ponte e do recesso de final de ano, a reitoria foi taxativa e negou praticamente tudo. Cabe destacar novamente a injustiça dessa situação, já que toda a universidade entra em recesso, mas somente nós temos que pagar essas horas. Esse ano serão cerca de 100 horas pra pagarmos! Importante lembrar que o Carlotti chegou a declarar que buscava uma solução para isso, mas chegamos ao final de sua gestão e não houve acordo quanto ao tema.

De todo que apresentamos, a reitoria acatou apenas duas incorporações no acordo. A primeira é no ponto da licença nojo, incorporar a possibilidade de licença de 3 dias em caso de falecimento de tios e sobrinhos. O segundo foi sobre a licença gala, com a extensão para 8 dias e aceitação de comprovação de união estável nos termos que ainda serão elaborados pelo DRH.

Diante da necessidade de aprovação em assembleia da categoria, incorporamos o tema na pauta da assembleia realizada dia 23, e essas modificações foram aprovadas. Aprovamos ainda seguirmos a luta pelo conjunto de nossas reivindicações, em especial o abono das horas de pontes e recesso.

UMA GRANDE VITÓRIA SOBRE OS BOLSONARISTAS/SIONISTAS!!!



Na quarta-feira, 29/10, a galeria do plenário da Câmara de Vereadores de Campinas estava superlotada de militantes, trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, sindicatos e movimentos populares, além de uma minoria de provocadores bolsoSSionistas, para acompanhar a sessão de votação do pedido de instalação de uma comissão processante para cassar o mandato da vereadora Mariana Conti, do PSOL.

Mariana Conti foi acusada de abandonar a Câmara para participar da flotilha com ajuda humanitária a Gaza, entretanto a companheira Mariana obteve licença Não Remunerada da Câmara Municipal de Campinas para esta missão.

Nós, do Sintusp e da CSP-Conlutas, fomos com uma delegação participar desta batalha em defesa da companheira, junto com uma grande, animada e combativa galera que não parou de ecoar com muita

força nossas palavras de ordem pela Palestina e em apoio à Companheira Mariana Conti contra os vereadores e apoiadores bolsonaristas, com suas bandeiras do Estado genocida de Israel, fazendo com que ninguém conseguisse ouvir seus discursos reacionários.



No final, a votação da instalação da comissão para cassar a Mariana ficou: 21 contra a cassação, 8 a favor e 2 abstenções!

PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070

Tel: (11)3091 4380/4381 – (11)3816-7932 / (11)2648-0589 email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br